



CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 10.965.693/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.631	6.319	58.094	6.851				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	5	333.866	91.916	336.199	103.174				
Contas a receber	6	113.527	114.580	236.079	114.490				
Estoques		3.447	3.133	4.910	3.133				
Ativos de frota disponibilizados para venda	8	30.554	35.393	30.554	35.393				
Tributos a recuperar	7	16.600	11.707	23.141	11.707				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21.3	49.555	34.709	64.952	34.807				
Dividendos a receber		163	–	163	–				
Partes relacionadas	22.1	13.273	–	13.297	–				
Despesas antecipadas		2.483	1.646	2.852	1.973				
Adiantamento de terceiros		4.734	4.221	15.007	4.226				
Outros créditos	9	23.117	27.213	23.455	27.188				
		644.950	330.837	808.703	342.942				
Ativo não circulante									
Instrumentos financeiros derivativos	28.2b	27.222	8.717	27.222	8.717				
Contas a receber	6	214.775	180.236	214.776	180.236				
Tributos a recuperar	7	11.826	11.826	11.826	11.826				
Partes relacionadas	22.1	121.901	199.427	121.901	199.427				
Depósitos judiciais	20	6.351	4.146	6.359	4.146				
Outros créditos	9	281	238	281	238				
		382.356	404.590	382.365	404.590				
Investimentos	10	78.555	49.110	39.465	34.797				
Imobilizado	11	460.487	475.395	554.630	475.652				
Intangível	12	3.413	3.709	21.786	10.756				
		924.811	932.804	998.246	925.795				
Total do ativo		1.569.761	1.263.641	1.806.949	1.268.737				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Passivo circulante									
Fornecedores	13	54.084	73.685	81.027	74.410				
Empréstimos e financiamentos	14	92.280	2.824	92.343	2.826				
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	15	12.861	14.250	12.861	14.250				
Arrendamentos a pagar por direito de uso	16	82	84	9.418	84				
Obrigações sociais e trabalhistas	17	42.030	34.527	55.091	34.835				
Tributos a recolher		37.078	20.995	46.447	21.050				
Adiantamentos de clientes	18	9.719	21.570	29.724	21.570				
Outras contas a pagar	22	10.501	3.902	10.823	3.899				
		258.635	171.837	337.734	172.924				
Passivo não circulante									
Empréstimos e financiamentos	14	178.000	79.819	201.285	79.819				
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	15	–	11.591	–	11.591				
Arrendamentos a pagar por direito de uso	16	4.294	7.647	90.763	7.647				
Instrumentos financeiros derivativos	28.2b	44.719	29.477	44.719	29.477				
Obrigações trabalhistas		879	490	885	490				
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.2	9.343	2.562	9.343	2.562				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	83.545	74.638	96.744	74.638				
Partes relacionadas	22.1	106.025	105.909	106.025	105.909				
Total do passivo não circulante		426.805	312.133	549.764	312.133				
Total do passivo		685.440	483.970	887.498	485.057				
Patrimônio líquido									
Capital social	23.1	830.789	675.714	830.789	675.714				
Reservas de capital	23.2	1.196	1.196	1.196	1.196				
Reservas de lucros	23.3	51.422	99.536	51.422	99.536				
Avaliação patrimonial	23.4	914	3.225	914	3.225				
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		884.321	779.671	884.321	779.671				
Participação de não controladores	23.5	–	–	35.130	4.009				
Total do patrimônio líquido		884.321	779.671	919.451	783.680				
Total do passivo e patrimônio líquido		1.569.761	1.263.641	1.806.949	1.268.737				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO									
Exercícios Findos de 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	24	522.238	583.850	788.348	583.774				
Custo de venda, locação e prestação de serviços	25	(361.382)	(339.488)	(529.114)	(340.583)				
Custo de contratos de concessão e parcerias público-privadas	25	–	–	(21.760)	–				
Custo de venda de ativos desmobilizados	25	(80.394)	(134.634)	(80.394)	(134.558)				
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços, venda de ativos desmobilizados e contratos de concessão		(441.776)	(474.122)	(631.268)	(475.141)				
Lucro bruto		80.462	109.728	157.080	108.633				
Despesas comerciais	25	(5.534)	(1.516)	(5.598)	(1.516)				
Despesas administrativas	25	(23.740)	(28.927)	(46.485)	(31.068)				
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	25	2.225	(4.394)	2.225	(4.394)				
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	31.647	(3.186)	31.639	(3.186)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	22.475	3.768	8.068	5.264				
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		107.535	75.473	146.929	73.733				
Receitas financeiras	26	40.234	22.172	43.348	24.036				
Despesas financeiras	26	(54.189)	(43.979)	(61.302)	(43.994)				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		93.580	53.666	128.975	53.775				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21.2	(5.108)	(7.096)	(8.856)	(7.704)				
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21.1	(8.907)	(9.965)	(22.106)	(9.965)				
Total do imposto de renda e da contribuição social		(14.015)	(17.061)	(30.962)	(17.669)				
Lucro líquido do exercício		79.565	36.605	98.013	36.106				
Atribuído aos:									
Acionistas controladores		–	–	79.565	36.605				
Acionistas não controladores		–	–	18.448	(499)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE									
Exercícios Findos de 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		79.565	36.605	98.013	36.106				
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–				
Resultado abrangente do exercício		79.565	36.605	98.013	36.106				
Atribuído aos:									
Acionistas controladores		–	–	79.565	36.605				
Acionistas não controladores		–	–	18.448	499				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva de lucros Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		675.714	1.196	68.615	–	3.225	748.750	4.508	753.258
Lucro líquido do período		–	–	–	36.605	–	36.605	(499)	36.106
Retenção de lucros		–	–	–	(36.605)	–	–	–	–
Transações com pagamento baseado em ações		–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	(1.075)	–	–	(1.075)	–	(1.075)
Dividendos intermediários		–	–	(4.609)	–	–	(4.609)	–	(4.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		675.714	1.196	99.536	–	3.225	779.671	4.009	783.680
Aporte de capital	1.1.1	155.075	–	–	–	–	155.075	–	155.075
Lucro líquido do exercício		–	–	–	79.565	–	79.565	18.448	98.013
Distribuição de dividendos	23.3.1	–	–	(99.252)	–	–	(99.252)	–	(99.252)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.3.1	–	–	–	(29.500)	–	(29.500)	–	(29.500)
Retenção de lucros	23.3	–	–	50.065	(50.065)	–	–	–	–
Reclassificação	23.4	–	–	1.073	–	(1.073)	–	–	–
Outras movimentações	23.4	–	–	–	(1.238)	(1.238)	(1.238)	–	(1.238)
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas		155.075	–	(48.114)	–	(2.311)	104.650	18.448	123.098
Alteração de participações em controladas									
Aporte de capital de não controladores em controladas	1.2c	–	–	–	–	–	–	12.673	12.673
Saldos em 31 de dezembro de 2024		830.789	1.196	51.422	–	914	884.321	35.130	919.451
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS									
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma Companhia limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da Companhia é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar") que possui 100% das cotas. A CS Brasil Transportes possui contratos de consórcio para operação de transporte de passageiros através da controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionaria de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba Concessionárias"). O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 13 de junho de 2022, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e, em 20 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato de concessão para para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empresas do Grupo. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Portfólio de produtos, equipamentos e caminhões elétricos, e preparados para utilização de biogás; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. Consequentemente, a CS Brasil renova anualmente sua frota, com a aquisição de veículos que atendam aos mais atuais requisitos ambientais. Os efeitos da renovação da frota estão demonstrados na nota explicativa 11. **1.4 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - “CPC”): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeira (Nota 2.16) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.21. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação: a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Contratos de concessão:** Os contratos de concessão convergem para o reconhecimento de dois tipos de ativos: financeiro e intangível. Ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória com relação a receita total estimada e sua vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa em 31 de dezembro de 2024, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. b) Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo a outros resultados abrangentes VJORA se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em outros resultados abrangentes. c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Os contratos de concessão da Companhia são de longo prazo e sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de *impairment*, a Administração revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.7 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.8 Ativos de frota disponibilizados para venda (Estoque de veículos para venda):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativos de frota disponibilizados para venda”. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.9 Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*“impairment”*), quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas na nota explicativa 11. **d) Redução ao valor recuperável (“impairment”):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram observados indicadores, os quais a Companhia fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.10 Intangível: 2.10.1 Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10.2 Concessões:** A controlada CS Mobi possui um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. O contrato converge a um modelo híbrido, que resulta no reconhecimento de ativos financeiros e intangíveis. Os ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória em relação à receita total estimada e é amortizada ao longo da vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicativos de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Ativos intangíveis com vida indefinida são testados em relação à perda por redução de valor recuperável anualmente. O contrato de concessão é de longo prazo e sujeito a discussões e reequilíbrio financeiro junto ao poder concedente. Em 31 de dezembro de 2024, a amortização destes ativos foi reconhecida como despesa nas demonstrações de resultado. **2.11 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser

determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.12 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica “ativos para cumprimento de contratos” no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2024. **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ” e “CSLL”):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.14 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo *“ad hoc”*. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de *“impairment”* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (ii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.17 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo após a conclusão, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado (“VJR”): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.18 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.18.1 Receita de locação:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente e **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de contraprestação pecuniária: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** conforme previsto em contrato de concessão, os poderes concedentes remuneram o concessionário com valores fixos e variáveis, conforme cláusulas específicas, pelas atividades de construção e gestão dos objetos contratuais. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** o contrato de concessão determina valor global a ser pago ao decorrer ao longo do prazo estabelecido da prestação de serviços, atualizado anualmente mediante índices de correção estipulados pelo edital. Há remuneração variável de performance, mediante medição dos serviços prestados mensalmente e aceite dos Poder Concedente. **2.18.4 Receita de contratos de concessão e parcerias-público privadas: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** pelos termos dos contratos de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benefícios adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCP05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcionem futuros receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível ou do ativo financeiro. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a medida que o serviço de construção é realizado, a receita é reconhecida a valor justo em relação aos respectivos custos incorridos para a construção. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.1 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.20 Patrimônio líquido: 2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024. As informações sobre relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Intangível (registro de um contrato de concessão); premissas para determinação da contabilização do reconhecimento do ativo, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão - nota explicativa 12; d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024: • **Alteração ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. • **Alteração ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements - SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i), d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto material para a Companhia. **3.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • **IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS® 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS® 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS® 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. • **IFRS® 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS®. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS® 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS® 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS® 19. • **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. • **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo
Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	210	210	210	210
Bancos	220	1.178	357	1.188
Total de disponibilidades	430	1.388	567	1.398
CDB - Certificado de depósitos bancários	1.141	4.778	5.358	5.300
Operações compromissadas - lastreadas em debêntures	52.047	-	52.047	-
Cotas de fundos	13	153	122	153
Total de aplicações financeiras	53.201	4.931	57.527	5.453
Total	53.631	6.319	58.094	6.851

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 13,34% a.a. (13,21 % a.a. em 31 de dezembro de 2023).

5. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo exclusivo Simpar (i)	117.227	91.563	119.560	102.777
Letras financeiras	-	353	-	397
Notas promissórias - partes relacionadas (nota 22.1)	216.639	-	216.639	-
Total	333.866	91.916	336.199	103.174

(i) O fundo de investimento exclusivo Simpar foi constituído para aplicações financeiras feitas exclusivamente por empresas do Grupo Simpar com o objetivo de maximizar a rentabilidade. O fundo é gerido por instituição financeira de primeira linha, tendo seu portfólio composto por: (i) Certificados de depósitos bancários - CDB (0,78%), (ii) Letras Financeiras do Tesouro - LFT (47,13%), (iii) Letras do Tesouro Nacional - LTN (48,98%); e (iv) Letras Financeiras (3,11%).

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas prefixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio foi equivalente a 10,96% a.a. (13,21 % a.a. em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de serviços e locações	210.126	191.822	224.814	191.821
Ativos de contrato	42.349	38.411	42.349	38.411
Contas a receber - partes relacionadas (nota 22.1)	99.876	90.857	99.393	90.768
Valores a receber de poder concedente em contratos de concessão	-	-	108.348	-
(-) Perdas esperadas (“ <i>impairment</i> ”) de contas a receber	(24.049)	(26.274)	(24.049)	(26.274)
Total	328.302	294.816	450.855	294.726
Ativo circulante	113.527	114.580	236.079	114.490
Ativo não circulante	214.775	180.236	214.776	180.236
Total	328.302	294.816	450.855	294.726

6.1 Classificação por vencimento (*aging list*) e perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024				31/12/2023			
Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido		Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido
231.484	(202)	0,09	231.282		160.012	(201)	0,13	159.811
Vencidos em até 30 dias	8.198	(88)	1,07	8.110	12.248	(100)	0,82	12.148
Vencidos de 31 a 90 dias	4.252	(24)	0,56	4.228	9.309	(262)	2,81	9.047
Vencidos de 91 a 180 dias	2.364	(308)	13,03	2.056	3.506	(344)	13,73	2.162
Vencidos de 181 a 365 dias	1.057	(1.057)	100	-	40.013	(129)	0,32	39.884
Vencidos a mais de 365 dias (i)	104.996	(22.370)	21,31	82.626	97.012	(25.238)	26,02	71.774
Total vencidos	120.867	(23.847)	19,73	97.020	161.088	(26.073)	16,19	135.015
Total	352.351	(24.049)	6,83	328.302	321.100	(26.274)	8,18	294.826

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024				31/12/2023			
Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido		Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido
282.141	(202)	0,07	281.939		159.912	(201)	0,13	159.711
Vencidos em até 30 dias	14.208	(88)	0,62	14.120	12.248	(100)	0,82	12.148
Vencidos de 31 a 90 dias	37.469	(24)	0,06	37.445	9.309	(262)	2,81	9.047
Vencidos de 91 a 180 dias	35.033	(308)	0,88	34.725	2.506	(344)	13,73	2.162
Vencidos de 181 a 365 dias	1.057	(1.057)	100	-	40.013	(129)	0,32	39.884
Vencidos a mais de 365 dias (i)	104.996	(22.370)	21,31	82.626	97.012	(25.238)	26,02	71.774
Total vencidos	192.763	(23.847)	12,37	168.916	161.088	(26.073)	16,19	135.015
Total	474.904	(24.049)	5,06	450.855	321.000	(26.274)	8,19	294.726

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2, a Companhia realizou acordo com o cliente Comlurb para pagamento de saldos em atraso. Os valores estão demonstrados como saldo a vencer em virtude das novas datas de pagamento acordadas.
(ii) O saldo de R\$82.626 vencido acima de 365 dias contempla R\$81.403 referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestados ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judiciais de cobrança e estão classificados no ativo não circulante.

As movimentações das perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(21.880)	
(-) adições	(4.666)	
(+) reversões	272	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(26.274)	
(-) adições	(2.189)	
(+) reversões	4.414	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(24.049)	

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	13.720	11.118	13.720	11.118
INSS	13.604	11.314	20.145	11.314
ICMS	521	520	521	520
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	581	581	581	581
Total	28.426	23.533	34.967	23.533
Ativo circulante	16.600	11.707	23.141	11.707
Ativo não circulante	11.826	11.826	11.826	11.826
Total	28.426	23.533	34.967	23.533

8. ATIVOS DE FROTA DISPONIBILIZADOS PARA VENDA

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	
Custo	22.555	9.147	31.702	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	163.739	2.150	165.889	
Bens transferidos do imobilizado	(133.630)	(1.004)	(134.634)	
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	52.664	10.293	62.957	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100.045	34	100.079	
Bens transferidos do imobilizado	(100.510)	(3)	(100.513)	
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	(4.128)	-	(4.128)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.071	10.324	58.394	
Depreciação acumulada	(4.732)	(8.647)	(13.379)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(20.912)	(1.562)	(22.474)	
Bens transferidos do imobilizado	7.775	514	8.289	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(17.869)	(9.695)	(27.564)	
Bens transferidos do imobilizado	(20.364)	(31)	(20.395)	
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	20.115	3	20.119	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(18.118)	(9.723)	(27.840)	
Saldo residual líquido:				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.795	598	35.393	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	29.953	601	30.554	

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas (Nota 22.1)	14.399	13.597	14.737	13.597
Outros	8.999	13.854	8.999	13.829
Total	23.398	27.451	23.736	27.426
Ativo circulante	23.117	27.213	23.455	27.188
Ativo não circulante	281	238	281	238
Total	23.398	27.451	23.736	27.426

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas.

10.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora		Patrimônio líquido em	
	31/12/2023	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos
Investimentos	34.797	-	8.068	(2.165)
BRT Sorocaba	34.797	-	8.068	(2.165)
Ágio BRT Sorocaba	2.284	-	-	-
CS Mobi Cuiabá	12.029	-	(944)	-
Ciclus Amazônia	-	10.370	15.351	-
Total investimentos	49.110	10.370	22.475	(1.235)

	Controladora		Patrimônio líquido em	
	31/12/2022	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações
Investimentos	30.608	-	5.264	(1.075)
BRT Sorocaba	30.608	-	5.264	(1.075)
Ágio BRT Sorocaba	2.284	-	-	-
CS Mobi Cuiabá	13.525	-	(1.496)	-
Total investimentos	46.417	-	3.768	(1.075)

	Controladora		Patrimônio líquido em	
	31/12/2023	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos
Investimentos	34.797	-	8.068	(2.165)
BRT Sorocaba	34.797	-	8.068	(2.165)
Total investimentos	34.797	-	8.068	(2.165)

	Controladora		Patrimônio líquido em	
	31/12/2022	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações
Investimentos	30.608	-	5.264	(1.075)
BRT Sorocaba	30.608	-	5.264	(1.075)
Total investimentos	30.608	-	5.264	(1.075)

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construção em andamento (I)	Direito de uso	Totais
Transferência para bens destinados à venda	20.364	31	—	—	—	—	—	20.395
Baixa de ativos e outros	9.484	15.509	658	84	43	—	—	25.778
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(94.463)	(12.918)	(6.801)	(1.578)	(1.960)	—	(48.068)	(165.788)
Saldo líquido:								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	449.401	6.512	2.373	1.562	1.759	6.958	7.086	— 475.652
Saldos em 31 de dezembro de 2024	432.711	6.311	2.472	1.587	1.540	9.163	100.845	— 554.630
Taxa média de depreciação no período	6%	14%	8%	20%	10%	—	12%	12%
(i) Trata-se de benfeitorias e modificações em edifícios de terceiros para atendimento das necessidades operacionais.								
11.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado								
Parte dos ativos foram adquiridos pela Companhia por meio de arrendamento substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos.								
Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:								

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	32.841	51.235	32.841	51.235
Depreciação acumulada	(10.032)	(16.077)	(10.032)	(16.077)
Saldo contábil, líquido	22.810	35.158	22.810	35.158

	Controladora		Consolidado	
	Softwares	Total	Softwares	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2022	3.933	3.933	2.285	—
Adições	2.454	2.454	—	4.763
Baixas	(102)	(102)	—	—
Baixas por venda de empresas	—	—	—	(949)
Em 31 de dezembro de 2023	6.285	6.285	2.285	4.763
Adições	347	347	—	11.498
Baixas	(4)	(4)	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	6.627	6.627	2.285	16.261
Amortização acumulada				
Em 31 de dezembro de 2022	(2.006)	(2.006)	—	(2.006)
Despesas de amortização no exercício	(638)	(638)	—	(638)
Baixas	68	68	—	67
Em 31 de dezembro de 2023	(2.576)	(2.576)	—	(2.577)
Despesas de amortização no exercício	(643)	(643)	—	(823)
Baixas	4	4	—	4
Em 31 de dezembro de 2024	(3.215)	(3.215)	—	(178)
Saldo líquido:				
Em 31 de dezembro de 2023	3.709	3.709	2.285	4.763
Em 31 de dezembro de 2024	3.413	3.413	2.285	16.083
Taxa média de amortização no exercício:	20,0%	—	—	3,5%
(i) Ágio na aquisição de participação do BRT Sorocaba; (ii) Saldos reconhecidos pela expectativa de rentabilidade nos contratos de concessão, conforme nota 2.9.2				20,0%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Veículos, máquinas e equipamentos	20.385	38.717	20.538	38.808
Peças e manutenção	3.520	3.564	4.390	3.585
Partes relacionadas (nota 22.1)	24.794	29.306	31.875	29.322
Material de estoque	1.538	1.566	1.556	1.599
Serviços contratados	814	503	18.654	1.013
Aluguel de imóveis	540	—	540	—
Outros	2.493	29	3.474	83
Total	54.084	73.685	81.027	74.410

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Controladora	
				31/12/2024	31/12/2023
Moeda nacional	12,15%	CDI + 2,5%	fev/27	270.280	82.643
				270.280	82.643
				92.280	2.824
				178.000	79.819
				270.280	82.643
Moeda nacional	12,15%	CDI + 2,50%	fev/27	270.280	82.645
				270.280	82.645
				92.343	2.826
				201.285	79.819
				270.280	82.645
Moeda nacional	11,48%	IPCA + 6,58%	set/39	23.348	—
				293.628	82.645
				92.343	2.826
				201.285	79.819
				293.628	82.645

(i) **Notas comerciais** emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esse contrato possui vencimento, com amortizações de juros semestral, e principal no final do contrato. Essa operação possui cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros, calculados sobre as informações consolidadas.

(ii) **Fundo Consitucional de Financiamento do Centro-Oeste** destinado a investimento de desenvolvimento da região Centro-Oeste, utilizado nas operações de gestão de caixa da CS Mobi Cuiabá. A Companhia e suas controladas monitoram a manutenção dos *covenants* trimestralmente e a manutenção dos índices foi realizada em todos os trimestres. Determinados contratos possuem cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros calculados com base na Dívida Financeira Líquida, *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* - Adicionado (*"EBITDA-A"*) e Despesa financeira líquida, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S/A. Em 31 de dezembro de 2024, as cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros foram atendidas. **"Dívida financeira líquida para fins de *covenants* financeiros"** significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraidos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*); **"EBITDA-Adicionado para fins de *covenants* financeiros"** significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o *EBITDA*-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das Companhias incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e **"Despesa financeira líquida para fins de *covenants* financeiros"** significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

14.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos: A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos no início do exercício	82.643	104.767	82.645	104.767
Novos contratos	178.000	—	201.216	—
Amortização	—	(21.826)	—	(21.826)
Juros pagos	(22.520)	(13.781)	(22.927)	(13.781)
Juros apropriados	31.895	13.144	32.432	13.144
Despesa de captação	262	339	262	341
Empréstimos e financiamentos ao fim do exercício	270.280	82.643	293.628	82.645
Circulante	92.280	2.824	92.343	2.826
Não circulante	178.000	79.819	201.285	79.819
Total	270.280	82.643	293.628	82.645

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Companhia que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento no início do exercício	25.841	38.849
Amortização	(15.156)	(16.627)
Juros pagos	(355)	(520)
Juros apropriados	2.531	4.139
Passivo de arrendamento no fim do exercício	12.861	25.841
Circulante	12.861	14.250
Não circulante	—	11.591
Total	12.861	25.841

16. ARRENDAMENTOS A PAGAR POR DIREITO DE USO

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 11.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento no início do exercício	7.731	13.066	7.731	13.066
Adição	1.327	230	111.590	230
Baixa	—	(79)	—	(79)
Amortização	(4.757)	(4.808)	(16.572)	(4.808)
Juros pagos	(173)	(1.718)	(9.277)	(1.718)
Juros apropriados	248	1.040	6.709	1.040
Passivo de arrendamento no fim do exercício	4.376	7.731	100.181	7.731
Circulante	82	84	9.418	84
Não circulante	4.294	7.647	90.763	7.647
Total	4.376	7.731	100.181	7.731

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (*"spread"* de crédito). Os *"spreads"* foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, §33:

Prazos contratos	Contratos por prazo e taxa de desconto	Taxa % a.a.
1		7,93
2		6,93
3		10,39
5		8,02
10		9,04

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Salários	11.906	6.761	14.938
Provisões de férias e 13º salário	15.073	13.470	20.980
INSS	10.715	10.283	12.993
FGTS	1.015	897	1.609
Bônus e participações nos lucros e resultados	4.172	3.583	5.367
Outras	28	23	89
Total	42.909	35.017	55.976

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Venda de veículos	6.660	16.474	6.660
Construção (i)	—	—	20.005
Diversos	3.059	5.096	3.059
Total	9.719	21.570	29.724
(i) Refere-se a valores pagos pela prefeitura de Belém excedente ao percentual de andamento de obra			

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Reserva de seguros	2.306	2.798	2.306
Outras contas a pagar - partes relacionadas (nota 22.1)	6.712	507	7.024
Provisão de serviço de terceiros	1.483	593	1.493
Outros	—	4	—
Total	10.501	3.902	10.823
Ativo circulante	10.501	3.902	10.823
Total	10.501	3.903	10.823

20. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS			
A Companhia, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura para prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:			
	Controladora		Provisões
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Trabalhistas	3.364	2.920	(5.141)
Cíveis	2.430	714	(4.202)
Tributárias	557	512	—
Total	6.351	4.146	(9.343)

20.1 Depósitos judiciais: Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

20.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Provisões	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	3.364	2.920	(5.141)	(197)
Cíveis	2.430	714	(4.202)	(2.365)
Tributárias	557	512	—	—
Total	6.351	4.146	(9.343)	(2.562)

20.1 Depósitos judiciais: Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

20.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Provisões	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	3.364	2.920	(5.141)	(197)
Cíveis	2.430	714	(4.202)	(2.365)
Tributárias	557	512	—	—
Total	6.351	4.146	(9.343)	(2.562)

20.1 Depósitos judiciais: Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

20.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

|--|

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

																	Controladora
																	Passivo
																	Empréstimos a pagar
	Títulos e valores mobiliários (nota 5)	Contas a receber (nota 8)		Partes relacionadas		Dividendos a receber (nota 11)		Outros créditos (nota 11)		Fornecedores (nota 14)		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 21)		(Nota 21)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Partes relacionadas																	
ATU 12	14.576	–	314	1	–	–	–	–	39	32	–	1	–	–	–	–	–
ATU 18	–	–	46	925	–	–	–	–	6	3	–	–	–	–	–	–	–
Automob	–	–	1	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	5	–	–
Banco Brasileiro Cred. S.A.	–	–	176	176	–	–	–	–	–	–	172	204	–	–	–	–	–
BBC Pagamentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9	–	–	–	–	–	–	–
Ciclus Amazônia S.A.	–	–	22	–	–	–	–	–	59	–	–	–	–	–	8	–	–
CS Brasil Frotas S.A.	–	–	1.247	2.876	–	–	–	–	71	1.578	21.368	15.128	–	–	758	268	–
CS Brasil Participações	–	–	–	94	–	–	–	–	–	11.036	–	5.263	–	–	–	–	–
CS Finance (a)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	106.025	105.909	–	–	–	–
CS Holding (b)	196.854	–	76.425	66.677	–	76.764	–	–	–	14	1.922	–	–	–	–	–	–
CS Infra S.A.	5.208	–	2.515	180	–	–	–	–	38	8	–	–	–	–	217	–	–
CS Mobi Cuiabá	–	–	462	89	–	–	–	–	44	27	–	–	–	–	–	–	–
Grãos do Piauí	–	–	471	80	83	–	–	–	3.017	–	1	–	–	–	–	–	–
IC Transportes	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–
JSL S/A	–	–	4.059	6.933	–	–	–	–	1	686	182	2.193	–	–	24	33	–
Mogipasses	–	–	333	–	–	2.000	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob Transport.	–	–	13.266	10.874	–	–	–	–	28	10	37	9	–	–	6	–	–
Movida Loc. Veic. Premium	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
Movida Loc. de Veic. S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	–	697	–	–	–	–	–
Movida Participações S.A.	–	–	5	–	–	–	–	–	11.089	2	159	–	–	–	5.234	68	–
Original Indiana S.A.	–	–	57	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original Locad Veic. Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	259	–	–	–	–	–
Original Veículos S.A.	–	–	18	29	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–	24	25	–
Quick Logística Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	56	25	–	–	8	–	–
Sat Rastreamento	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–
Simpar S.A. (c)	–	–	11	1.260	134.067	119.820	–	–	–	–	48	1.240	–	–	341	62	187.577
TPG	–	–	–	1	–	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	–	–	–	–	–	–	–	–	–	11	145	120	–	–	86	51	–
TransMoreno Transp. e Logist.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	30	–	–	–	–	–
Vamos Locações de Caminhões	–	–	447	285	–	–	–	–	3	3	168	–	–	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equ. S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.133	–	–	–	–	–
Yolanda Logística, Armazém	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–
Serveng	–	–	–	–	843	843	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Areatec	–	–	–	–	180	–	–	–	–	180	–	–	–	–	–	–	–
Quataí	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ribeira	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	423	–	–	–	–	–	–
Saga	–	–	–	377	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	–	–	163	–	–	–	100	–	–	–	–	–	–
Total	216.639	–	99.876	90.857	135.174	199.427	163	–	14.399	13.597	24.794	29.306	106.025	105.909	6.712	507	187.577
Circulante	216.639	–	23.469	90.857	13.273	–	163	–	14.399	13.597	24.794	29.306	–	–	6.712	507	9.577
Não circulante	–	–	76.407	–	121.901	199.427	–	–	–	–	–	–	106.025	105.909	–	–	178.000
Total	216.639	–	99.876	90.857	135.174	199.427	163	–	14.399	13.597	24.794	29.306	106.025	105.909	6.712	507	187.577

(a) Mútuo entre CS Finance e CS Brasil Transportes para cobertura dos títulos de dívidas emitidos no mercado internacional (bond), denominados em moeda corrente nacional (R\$), no valor total de R\$100.000, remunerados à taxa de 13,04% do CDI ao ano e com vencimento em 12 de fevereiro de 2028; (b) Títulos e valores mobiliários referentes a notas comerciais de emissão da CS Holding com vencimento em dezembro de 2025; contas a receber referente à venda da CS Brasil Participações no ano de 2021, corrigido por CDI. (c) Partes relacionadas a receber: saldo a receber pela venda das empresas ATU12, ATU18 e ATU 12 para a CS Infra, com posterior assunção de dívida da Simpar em nome da CS Infra. Empréstimos a pagar referente a notas comerciais emitidas pela CS Brasil, com vencimento em fevereiro de 2027.

	Consolidado																
																Passivo	
																Empréstimos a pagar	
	Títulos e valores mobiliários (nota 5)	Contas a receber (nota 8)		Partes relacionadas		Dividendos a receber (nota 11)		Ativo Outros créditos (nota 11)		Fornecedores (nota 14)		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 21)		(Nota 21)	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas																	
ATU 12	14.576	–	314	1	–	–	–	39	32	–	1	–	–	–	–	–	–
ATU 18	–	–	46	925	–	–	–	6	3	–	–	–	–	–	–	–	–
Automob	–	–	1	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	5	–	–	–
Banco Brasileiro Cred.	–	–	176	176	–	–	–	–	–	172	204	–	–	–	–	–	–
BBC Pagamentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9	–	–	–	–	–	–	–
CS Brasil Frotas	–	–	1.247	2.876	–	–	–	71	1.578	21.359	15.128	–	–	758	268	–	–
CS Brasil Participações	–	–	–	94	–	–	–	–	11.036	–	5.263	–	–	–	–	–	–
CS Finance (a)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	106.025	105.909	–	–	–	–
CS Holding (b)	196.854	–	76.425	66.677	–	–	–	–	14	2.446	–	–	–	–	–	–	–
CS Infra	5.208	–	2.515	180	24	–	–	90	8	–	–	–	–	217	–	–	–
CS Mobi Cuiabá	–	–	–	–	–	–	–	–	27	–	–	–	–	–	–	–	–
Grãos do Piauí	–	–	471	80	83	76.764	–	3.406	–	–	–	–	–	4	–	–	–
IC Transportes	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–
JSL	–	–	4.059	6.933	–	–	–	1	686	235	2.193	–	–	38	33	–	–
Mogipasses Com. de Billhe	–	–	333	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob. Transport.	–	–	13.266	10.874	–	2.000	–	28	10	37	9	–	–	6	–	–	–
Movida Loc. Veíc. Premium	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–
Movida Loc. de Veíc.	–	–	–	–	–	–	–	–	3	18	697	–	–	–	–	–	–
Movida Participações	–	–	5	–	–	–	–	11.089	2	175	–	–	–	5.519	68	–	–
Original Indiana	–	–	57	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original Locad. Veic.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	259	–	–	–	–	–	–
Original Veículos S.A.	–	–	18	30	–	–	–	1	–	–	1	–	–	24	25	–	–
Ponto Veículos S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Quick Logística Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	56	25	–	–	8	–	–	–
Sat Rastreamento	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–
Simpar S.A. (c)	–	–	11	1.260	134.067	119.820	–	–	–	89	1.240	–	–	358	62	187.577	–
TPG	–	–	–	1	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	–	–	–	–	–	–	–	–	11	180	120	–	–	86	51	–	–
TransMoreno Transp. e Logist.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	30	–	–	–	–	–	–
Vamos Locações de Caminhões	–	–	447	–	–	–	–	3	3	6.571	–	–	–	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equ. S.A.	–	–	–	285	–	–	–	–	–	–	4.133	–	–	–	–	–	–
Yolanda Logística, Armazém	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–
Serveng	–	–	–	–	843	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Areatec	–	–	–	–	–	–	–	–	–	180	–	–	–	–	–	–	–
Ribeira	–	–	1	–	–	–	–	–	–	423	–	–	–	–	–	–	–
Saga	–	–	–	376	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	1.023	–	163	–	–	100	16	–	–	–	–	–	–
Total	216.639	–	99.393	90.768	135.198	199.427	163	–	13.597	31.875	29.322	106.025	105.909	7.024	507	187.577	–
Circulante	216.639	–	99.393	90.768	13.297	–	163	–	14.737	13.597	31.875	29.322	–	7.024	507	9.577	–
Não circulante	–	–	–	–	121.901	199.427	–	–	–	–	–	106.025	105.909	–	–	178.000	–
Total	216.639	–	99.393	90.768	135.198	199.427	163	–	14.737	13.597	31.875	29.322	106.025	105.909	7.024	507	187.577

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
23.1 Capital social: O capital social da Companhia, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no fim dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 830.789, dividido em 830.789.248 quotas, sem valor nominal mentido pela atual controladora CS Holding e Locação S.A.

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2022	675.714	675.714.248
Aumento de capital	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	675.714	675.714.248
Aumento de capital (nota 1.1.1)	155.075	155.075.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	830.789	830.789.248
23.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações: <i>Plano de ações restritas e matching:</i> No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de <i>matching</i> para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimen-to de ações restritas e ações <i>matching</i> é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colabo-rador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será divido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos rela-cionados às ações restritas. As ações restritas e <i>matching</i> outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipu-lados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:		

	Ano da outorga	Qtd. de ações	Tran-che	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Vola-tidade	Tx. livre	Dividendo de jrs. esperado	Dividendos Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2021	19.413	4	R\$ 7,98	9,98	40,25%	9,80%	0,26%	5 anos	01/05/2025	01/04/2025
i. Movimentação durante o exercício: A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:											

	Direitos de ações outorgadas			Direitos de ações em circulação			Preço médio do exercício (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2022	539.518	(19.840)	(300.686)	218.992	—	—	—
Transferência de administradores (i)	—	—	(144.328)	(144.328)	—	—	3,87
Posição em 31 de dezembro de 2023	539.518	(19.840)	(445.014)	74.664	—	—	—
Transferência de administradores (i)	—	—	(54.248)	(54.248)	—	—	7,06
Outorgas canceladas	—	(2.044)	—	(2.044)	—	—	7,98
Posição em 31 de dezembro de 2024	539.518	(21.884)	(499.262)	18.372	—	—	—
(i) Conforme reestruturação da Companhia Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes. O saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$1.196 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.196 em 31 de dezembro de 2023). 23.3 Reserva de lucros: Para atender a projetos de investimentos, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6404/76. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de lucros era é de R\$ 51.422 (R\$99.536 em 31 de dezembro de 2023).							
23.3.1 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar: Em fevereiro de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 99.252 a título de dividendos, sendo R\$ 90.000 pagos em fevereiro e R\$ 9.252 pagos no mês de abril. Em novembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 25.075 a título de juros sobre capital próprio, já líquido de impostos. O valor foi liquidado em 30 de dezembro de 2024, após deliberação da controladora CS Holding, determinando que o valor fosse registrado como aporte de capital. Abaixo estão demonstradas as movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:							

	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	—	—
Juros sobre capital próprios declarados	29.500	—	29.500
Imposto de renda retido	(4.425)	—	(4.425)
Juros sobre capital próprio pagos	(25.075)	—	(25.075)
Dividendos declarados	—	99.252	99.252
Dividendos pagos	—	(99.252)	(99.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	—	—
23.4 Ajustes de avaliação patrimonial: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 914 (R\$ 3.225 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício se deve ao registro de R\$1.238 referente a movimentações patrimoniais referentes a ações em tesouraria mantidas pela investida BRT Sorocaba e uma reclassificação no valor de R\$ 1.073 de ajuste ao resultado de períodos anteriores da investida BRT Sorocaba registrado como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida à reserva de lucros. 23.5 Participação de não controladores A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o valor de R\$35.130 (R\$ 4.009 em 31 de dezembro de 2023) relacionado à participação de não controladores, composto por R\$ 3.695 por 25% de participação na CS Mobi Cuiabá e R\$ 31.435 por 55% de participação na Ciclus Amazônia.			
24. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE ATIVOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.			

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
a) Fluxo de receitas		
Receita de prestação de serviços (a)	—	32.425
Receita de locação (b)	428.297	398.011
Receita de contratos de concessão e parcerias público-privada (c)	—	21.760
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	428.297	430.436
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	93.941	153.414
Receita líquida total	522.238	583.850
(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente; (b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos; (c) Reconhecimento de receita de acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão		
A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:		

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	586.654	645.448
Menos:		
Impostos sobre vendas	(60.579)	(60.775)
Devoluções e cancelamentos	(3.837)	(823)
Receita líquida total	522.238	583.850
Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os reportáveis da Companhia.		

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento		
Receita de transporte de passageiros	—	32.425
Receita de locação - GTF Leves	46.949	60.603
Receita de locação - GTF Pesados	362.595	316.434
Receita de locação - GTF MO	18.753	20.974
Receita de contratos de concessão e parceria público-privadas	—	21.760
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	428.297	430.436
Receita de venda de ativos desmobilizados	93.941	153.414
Receita líquida total	522.238	583.850
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	93.941	185.839
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	428.297	398.011
Receita líquida total	522.238	583.850

25. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção (iv)	—	(21.760)
Custo/despesas com frota (iii)	(33.892)	(24.132)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(80.394)	(134.634)
Pessoal e encargos	(206.189)	(193.828)
Viagens e estadias	(1.857)	(1.498)
Comissões	(623)	(384)
Depreciação, amortização e provisão para perda de valor recuperável ("impairment") de ativos imobilizados e disponíveis para venda	(31.855)	(29.257)
Perda de valor recuperável ("impairment") de veículos, máquinas e equipamentos avariados e sinistrados	(6.302)	(392)
Pecas, pneus e manutenções de veículos	(44.344)	(44.621)
Combustíveis e lubrificantes	(58.207)	(57.189)
Comunicação, propaganda e publicidade	(801)	(1.053)
Serviços de frete	(167)	(131)
Serviços contratados de terceiros (v)	(16.522)	(20.715)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	2.225	(4.394)
Provisão e indenizações judiciais para demandas judiciais e administrativas	(12.201)	(9.401)
Energia elétrica	(1.213)	(1.558)
Manutenções de instalações e infraestrutura	(2.771)	(3.731)
Aluguéis de imóveis	(1.549)	1.562
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	(5.239)	(6.511)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (i)	17.457	19.944
Crédito de impostos extemporâneos	—	182
Impostos e taxas diversos	(3.984)	(2.734)
Reembolso de despesas compartilhadas	305	(1.812)
Outros custos e despesas (vi)	50.945	4.142
	(437.178)	(512.145)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	—	—
Custo de contratos de concessão e parcerias público-privadas	—	—
Custo de venda de ativos desmobilizados	(80.394)	(134.634)
Despesas comerciais	(5.534)	(1.516)
Despesas administrativas	(23.740)	(28.927)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	2.225	(4.394)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	31.647	(3.186)
	(437.178)	(512.145)
(i) Os Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas. (ii) Inclui saldo de aluguéis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerram dentro do exercício. (iii) Inclui IPVA sobre frota de veículos pedagógico, seguro obrigatório e outros, multa de trânsito, licenciamentos, despesas de cartório etc. (iv) Custo de construção e benfeitorias realizadas em atendimento aos contratos de concessão do mercado municipal e estacionamento rotativo de Cuiabá e do aterro sanitário do município de Belém. (v) Aumento ocasionando pelo início das atividades operacionais		

das controladas CS Mobi e Ciclus Amazônia. (vi) Reconhecimento do acordo realizado com o cliente Comlurb no montante de R\$ 55.443, conforme mencionada na nota explicativa 1.1.1.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	20.723	13.097
Receita de variação monetária	10.892	8.742
Juros recebidos	8.313	64
Outras receitas financeiras	306	269
Receita financeira total	40.234	22.172
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(31.895)	(13.144)
Despesas com captações de dívidas	(262)	(399)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(2.531)	(4.139)
Resultado na apuração dos swaps, líquido	(7.494)	(11.714)
Despesa total do serviço da dívida	(42.182)	(29.396)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(248)	(1.040)
Juros passivos	(9.220)	(12.115)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(523)	(146)
Encargos sobre transações financeiras	(1.816)	(1.095)
Outras despesas financeiras	(200)	(187)
Despesa financeira total	(54.189)	(43.979)
Resultado financeiro líquido	(13.955)	(21.807)

27. ARRENDADOR OPERACIONAL

A Companhia possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2029. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
CS Transportes	433.550	359.976	330.070	320.550	86.983	1.531.129
Total	433.550	359.976	330.070	320.550	86.983	1.531.129

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

28.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas adotadas pela Companhia são como segue:

		Controladora				
Mensuração do valor justo		31/12/2024		31/12/2023		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)		430	430	1.388	1.388	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	Nível 2	53.201	53.201	4.931	4.931	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	333.866	333.866	91.916	91.916	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	27.222	27.222	8.717	8.717	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		328.302	328.302	294.816	294.816	Custo amortizado
Partes relacionadas		135.174	135.174	199.427	199.427	Custo amortizado
Depósitos judiciais		6.351	6.351	4.146	4.146	Custo amortizado
Outros créditos		23.398	23.398	27.451	27.451	Custo amortizado
Total		907.944	907.944	632.792	632.792	
Passivos financeiros						
Fornecedores		54.084	54.084	73.685	73.685	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		270.280	272.869	82.645	82.645	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	44.719	44.719	29.477	29.477	Valor justo por meio do resultado
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras		12.861	12.849	25.841	27.671	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar por direito de uso		4.376	4.376	7.731	8.565	Custo amortizado
Partes relacionadas		106.025	106.025	105.909	105.909	Custo amortizado
Outras contas a pagar		10.501	10.501	3.902	3.902	Custo amortizado
Total		508.846	508.493	299.398	303.854	

Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	567	567	1.398	1.398	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	Nível 2	57.527	57.527	5.453	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	336.199	336.199	103.174	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	27.222	27.222	8.717	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		450.855	450.855	294.726	Custo amortizado
Depósitos judiciais		6.359	6.359	4.146	Custo amortizado
Partes relacionadas		135.198	135.198	199.427	Custo amortizado
Outros créditos		23.736	23.736	27.426	Custo amortizado
Total		1.037.663	1.037.663	644.467	644.467
Passivos financeiros					
Fornecedores		81.027	81.027	74.410	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		293.628	297.820	82.645	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	44.719	44.719	29.477	Valor justo por meio do resultado
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras		12.861	12.849	25.841	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar por direito de uso		100.181	100.181	7.731	Custo amortizado
Partes relacionadas		106.025	106.025	105.909	Custo amortizado
Outras contas a pagar		10.823	10.823	3.899	Custo amortizado
Total		649.264	653.444	329.912	333.950
A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:					
Curva de juros Brasil					
Vértice	1M	6M	1ª	2ª	3ª
Taxa (a.a.) - %	12,32	14,19	15,41	15,93	15,89
					5ª
					10ª
					14,99

28.2 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. **Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

	Rating em Escala Local "Br"	Rating em Escala Global "G"
	Nomenclatura	Nomenclatura
Br	AAA	AAA
Br	AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br	A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br	BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
	Grau de Não Investimento	Grau de Não Investimento
Br	BB+, BB, BB-	Especulativo
	Grau de Não Investimento	Grau de Não Investimento
Br	B+, B, B-	Altamente Especulativo
	Grau de Não Investimento	Grau de Não Investimento
Br	CCC	Extremamente Especulativo
	Grau de Não Investimento	Grau de Não Investimento
Br	DDD, DD, D	Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2014
Valores depositados em conta corrente	430	567
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	—	

